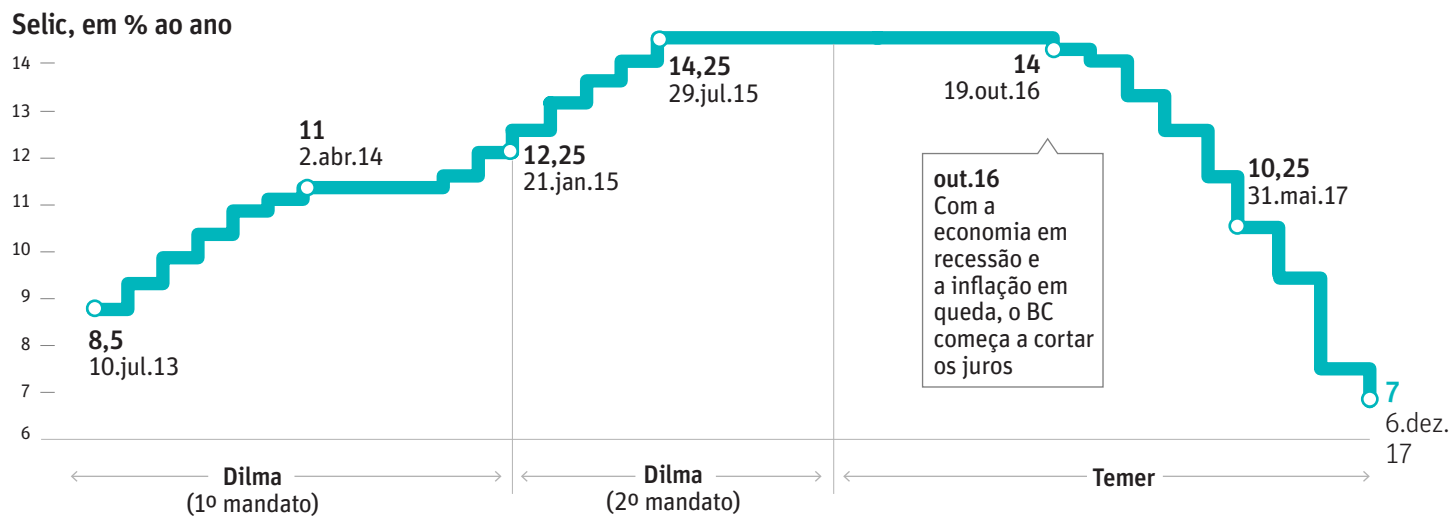
Selic menor derruba retorno da renda fixa

Gestores começam a oferecer produtos que têm rendimento melhor e que não sofrem oscilações como as das ações

Fundos aplicam em títulos de empresas privadas e no exterior, mas é preciso cautela e avaliar risco ao investir

RITMO DE QUEDA
Corte de juros diminui rendimento da renda fixa



O que é a Selic
É considerada a taxa básica de juros, pois é utilizada nos empréstimos que o BC faz a instituições financeiras. Serve de referência para a formação de todas as outras taxas de juros aplicadas no país

Fonte: Banco Central

DANIELLE BRANT
DE SÃO PAULO

A festa acabou. Essa é a sensação dos investidores de renda fixa que mantinham ganhos de 1% ao mês quando o juro básico da economia estava em dois dígitos.

Algumas gestoras já abraçaram essa nova realidade e passaram a oferecer produtos com uma pitada a mais de risco, mas sem deixar o conservadorismo de lado.

O objetivo é dar acesso a aplicações que, se não vão superar os 10% ao ano, pelo menos vão bater os atuais 7% da taxa básica da economia, a Selic —a perspectiva é que o juro caia ainda mais na reunião do Banco Central de fevereiro, para 6,75%.

O crédito privado, ou seja, dívidas emitidas por empresas para financiar as suas atividades, acaba sendo o principal veículo para obter esse retorno superior ao tradicional. O leque de opções abrange desde CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) a letras de crédito, entre outros títulos corporativos.

"O risco de crédito vai ser uma variável importante na mudança de alocação do investidor. Até o começo do ano passado, os títulos públicos pagavam uma taxa de juros muito elevada. Hoje, os retornos são muito baixos se comparados há dois anos", afirma Cristiano Pardi, responsável por renda fixa do UBS Wealth Management Brasil.

Diante desse cenário, os gestores já se movimentam para oferecer alternativas.

A Órama, por exemplo, sentiu a necessidade de ampliar as aplicações do tipo, notando que o investidor, apesar de buscar ganho mais elevado, não quer arriscar tanto a ponto de comprar ações em um ano que pode ser turbulento na Bolsa por causa das eleições.

"Fizemos uma seleção para atender a essa demanda por investimentos conservadores. Tivemos que ampliar a base de renda fixa", afirma Sandra Blanco, consultora da plataforma de investimentos.

Uma das aplicações desenhadas foi um fundo que tem em sua carteira debêntures incentivadas —títulos lançados para captar dinheiro para obras de infraestrutura.

Além do retorno mais elevado, pelo risco de o emissor não pagar a dívida, os rendimentos são isentos de Imposto de Renda, o que aumenta o ganho para o investidor.

A aplicação inicial para esse fundo está em R$ 1.000.

O risco "seguro" também pode vir de fundos que tenham direitos creditórios na carteira, que são créditos que uma empresa tem a receber (duplicatas, parcelas de cartão de crédito ou outros empréstimos) e que são "empacotados" em um produto oferecido ao investidor.

O risco aqui é de calote de quem precisa pagar o crédito, por isso o retorno maior.

Nesse caso, há incidência de IR, conforme tabela regressiva que começa em 22,5% (para resgate até 180 dias) e vai caindo até 15%, para saque após 720 dias.

Na gestora de recursos Franklin Templeton, fundos com prazos mais longos e investimento no exterior estão entre as alternativas para quem aceita mais risco.

"Os títulos com prazos mais longos estão pagando mais que a Selic e que os juros mais curtos. As curvas estão mais inclinadas do que na história recente", afirma Rodrigo Borges, diretor de renda fixa da gestora.

Já o investimento no exterior, complementa Borges, ainda tem muito espaço para crescer no país. "O investidor é muito concentrado em ativos brasileiros. Se olhar outros países que já se abriram para isso, tem uma demanda grande", ressalta.

"Do ponto de vista de cenário interno de eleição neste ano, é uma forma de se proteger de um cenário político conturbado."

CAUTELA COM O RISCO

Apesar do apelo de ganhos mais altos, George Wachsmann, sócio da gestora de patrimônio GPS Investimentos, recomenda cautela.

"O investidor tem que correr mais risco se quiser um retorno mais elevado. É razoável neste processo de experimentação e descoberta, mas não se pode forçar o risco nesse investidor", adverte.

"Este ano, por ter eleições, tem tudo para ter bastante volatilidade. Não é o momento ideal para alguém estar experimentando."

Gustavo Pires, responsável pela plataforma de fundos e previdência da XP, avalia que fundos puramente conservadores ainda terão demanda.

"Tem pessoas que deixam o patrimônio em caixa para emergências. Tem investidor muito conservador que não vai fazer alteração no portfólio, por ser muito avesso ao risco", afirma Pires.

Para os anos seguintes, porém, uma gradual mudança de comportamento pode ser interessante, avalia Bernardo Schneider, responsável pela área de renda fixa da Icatu Vanguarda. "Num cenário de eleição tranquila, o Brasil passa por um momento que possibilita que o juro fique baixo por um bom tempo, o que não é o padrão histórico. Foram raros os momentos que conseguimos ficar com juros tão baixos", diz.

» LEIA MAIS na pág. 5

A **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra**, convida as empresas interessadas em participar do **Pregão Eletrônico nº SE-002/2018**, a ser realizado para a contratação de empresa para **Prestação de Serviço de Transporte de Alimentos**. Para informações e condições de participação acessar o site http://www.publinexo.com.br/privado.

A SPDM–ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA/ **REDE ASSISTENCIAL DE SUPERVISÃO TÉCNICA DA SAÚDE BUTANTÃ**, convida as empresas interessadas em participar do **Pregão Eletrônico SE nº 007/2017**, realizado para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **SEGURANÇA PATRIMONIAL (VIGILÂNCIA E PORTARIA) E SEGURANÇA ELETRÔNICA (CFTV, ALARMES, MONITORAMENTO)**. Para **informações e condições de participação favor acessar** o site www.publinexo.com.br/privado

O **Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de São Paulo**, entidade patronal inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.354.746/0001-74, estabelecida na Praça Ramos de Azevedo, 209, 2º andar, conj. 22/23, Edifício Glória, Centro, São Paulo-SP, CEP 01037-010, com base territorial em todos os municípios do Estado de São Paulo, comunica a todas as empresas integrantes da categoria econômica das locadoras de veículos automotores, que o vencimento da contribuição sindical patronal relativa ao exercício de 2018 ocorrerá no dia 31 de janeiro de 2018, de acordo com a tabela progressiva por faixa de capital social, nos termos dos artigos 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, observadas as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017. Informações sobre valores da tabela e guias de recolhimento poderão ser obtidas pelo telefone (11) 3123-3131 ou e-mail: secretaria@sindlocsp.com.br. São Paulo, 08 de janeiro de 2018. **Eladio Paniagua Junior -** Presidente em Exercício.

CESAN
qualidade em saneamento

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMITÊ DIRETIVO DO PROGRAMA DE GESTÃO INTEGRADA DAS ÁGUAS E DA PAISAGEM
COMPANHIA ESPIRITOSANTENSE DE SANEAMENTO – CESAN
AVISO DE ADIAMENTO - NCB 003/2017

A Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, por meio da Comissão Especial de Licitação do Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem do Comitê Diretivo do Projeto, torna público que por motivo de ordem técnica, fica prorrogada a abertura da licitação acima referenciado, que trata da **Execução de Obras de Implantação, Reabilitação e Implantação de Sistemas de Esgoto Sanitário na região Central Serrana, nas sedes dos municípios de Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo.**
As propostas deverão ser entregues até as **10:00 horas do dia 16/03/2018**, no mesmo local indicado anteriormente.

Vitória, 08 de janeiro de 2018.
Hélio de Sousa
Presidente da Comissão Especial de Licitação

ANTT AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES — BRASIL GOVERNO FEDERAL

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018

O Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Substituto, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a Deliberação nº 001, de 04 de janeiro de 2018, e considerando o disposto na Resolução nº 5.624, de 21 de dezembro de 2017, comunica que realizará Audiência Pública, com o objetivo de tornar pública e colher sugestões, proposta de Resolução que estabelecerá os procedimentos para implementação da Medida Provisória nº 800, de 18 de setembro de 2017 e Portaria nº 945, de 16 de novembro de 2017, no âmbito da ANTT.

O período para envio das contribuições será das 9 horas (horário de Brasília) do dia 5 de janeiro de 2018, até as 18 horas (horário de Brasília), do dia 20 de fevereiro de 2018.

A sessão presencial será realizada no dia, horário e local a seguir indicados:
Data: 22 de janeiro de 2018 - Horário: 14 às 17 horas (horário de Brasília)
Local: Auditório Eliseu Resende do Edifício Sede da ANTT.
Capacidade: 350 pessoas
Endereço: SCES Trecho 3, Lote 10 – Polo 8 do Projeto Orla, Brasília - DF
CEP: 70200-003

As informações específicas sobre a matéria, bem como as orientações acerca dos procedimentos relacionados com a realização e participação da Audiência, estarão disponíveis, na íntegra, no sítio http://www.antt.gov.br, a partir das 9 horas (horário de Brasília) do dia 5 de janeiro de 2018. Informações e esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail: *ap001.2018@antt.gov.br.*

MARCELO VINAUD

SINDICATO DOS PESCADORES E TRABALHADORES ASSEMELHADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital o **SINDICATO DOS PESCADORES E TRABALHADORES ASSEMELHADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no CNPJ 58.255.795/0001-69, registrado no M.T.E, para todos os fins previstos no Estatuto Social da Entidade, nos artigos 611 e seguintes da C.L.T. e nas disposições contidas na Lei 7.783/89, por intermédio do seu Presidente abaixo assinado, convoca todos os pescadores e trabalhadores assemelhados, associados ou não associados, representados por esta Entidade, para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária que se realizará em nossa Sede Social, sita à Rua Vereador Henrique Soler nº. 282 – Ponta da Praia – Santos/SP, no próximo dia 24 vinte e quatro de janeiro de dois mil e dezoito, quarta-feira, às 09:30 hs em primeira convocação, com 50% dos seus representados, ou às 10:30 em segunda convocação com qualquer número de presentes de acordo com o Estatuto Social, para deliberarem a seguinte Ordem do Dia: 01) Leitura, aprovação ou não da Ata da Assembléia anterior; 02) Discussão, votação e aprovação ou não da pauta de reivindicação 2018/2019, para o período de março de 2018 a fevereiro de 2019, que serão feitas junto ao sindicato patronal e às empresas, com a consequente concessão de poderes à Diretoria do Sinpescatraesp para promover Acordo Coletivo e/ou Convenção Coletiva de Trabalho; 03) Deliberação acerca do percentual a título de Contribuição Negocial e/ou Assistencial e/ou Confederativa, a ser descontado de todos os integrantes da categoria, nos termos do artigo 8º IV da Constituição Federal artigos 462, 513 na alínea "e" e 545 da CLT e ratificada na decisão do Supremo Tribunal Federal do RE 189.960/SP, ficando assegurado o direito de oposição aos descontos das contribuições, no prazo de até 15 (quinze) dias após a realização da Assembléia, não sendo aceitas e nem consideradas válidas, em hipóteses alguma, listas, relações e/ou entregas de oposição por qualquer outro meio que não seja individual, pessoal e obrigatoriamente por escrito; 04) Autorização previa e expressa dos trabalhadores das categorias profissionais representadas para o desconto da contribuição sindical na forma do artigo 578 e seguintes da CLT, com a redação dada pela lei 13.467/17; 05) Outorga de poderes à Diretoria do Sindicato dos Pescadores e Trabalhadores Assemelhados do Estado de São Paulo, para encaminhamento das reivindicações ao setor patronal e para celebrar ou não convenção coletiva de trabalho e, no caso de malogro nos entendimentos, para suscitar Dissídio Coletivo perante o E. Tribunal Regional do Trabalho competente; 06) Autorizar a diretoria do SINPESCATRAESP a negociar, firmar e assinar acordos coletivos junto a classe patronal e às empresas; 07) Autorizar o exercício do direito de greve na forma da lei 7.783/89, em caso de malogro nas negociações; 08) Deliberação sobre a transformação da assembleia em permanente, em toda base de representação do Sindicato, até o estabelecimento das normas coletivas da categoria. Serão consideradas aprovadas as propostas que obtiverem a votação da maioria dos presentes.

Santos/SP, 08 de janeiro de 2018.
JORGE MACHADO DA SILVA – Presidente.

DETRAN-GO

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018

O Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Goiás - DETRAN/GO torna público, para conhecimento dos interessados, que está disponível em sua sede, na sala da Gerência de Licitações, Av. Atílio Corrêa Lima,nº1875 - Cidade Jardim – Goiânia-GO, fone: 62-3272.8103, através do site www.detran.go.gov.br, o Edital de Licitação, na forma da Lei Federal nº 8.666/93 c/c Lei Federal nº 8.987/1995, bem como na Lei Estadual nº 18.983/2015, em sua redação vigente e demais legislações aplicadas à espécie.

PROCESSO Nº	2016000025172273
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº	001/2018
TIPO	MELHOR TÉCNICA E MENOR PREÇO
OBJETO	Contratação de empresa para prestação do serviço de emplacamento, referente à confecção e lacração de placa/tarjeta com o fornecimento do material, consistente na chapa metálica (*blank*), tarjeta e lacre, bem como o serviço de estampagem e lacração, no âmbito do Estado de Goiás, conforme especificações constantes no EDITAL, PROJETO BÁSICO e Anexos.
PRAZO DE DURAÇÃO DA CONCESSÃO	30 ANOS (improrrogável)
VALOR DA OUTORGA INICIAL	R$1.300.000,00(um milhão e trezentos mil reais)
VALOR DA OUTORGA MENSAL	10% (dez por cento) da receita líquida mensal
HORÁRIO E DATA DE ABERTURA	09:00 horas - DIA: 27/02/2018
LOCAL	Auditório do DETRAN/GO (antigo setor de vistoria), Av. Atílio Corrêa Lima, nº1875, Cidade Jardim – Goiânia/GO.

Goiânia, 05 de janeiro de 2018.
Waldehir Albino de Oliveira
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Manoel Xavier Ferreira Filho
Presidente do DETRAN/GO

EDITAL DE COBRANÇA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo, entidade sindical de primeiro grau, inscrita no CNPJ nº 62.448.543/0001-23, com inscrição no Ministério do Trabalho e Emprego nº 36232246, com sede na Capital do Estado de São Paulo, Rua Barão de Itapetininga, 255, conjunto 304/305, CEP: 01042-001, por seu Presidente, em cumprimento ao que determinam os artigos 8º, inciso IV, da Constituição Federal e 605 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pelo presente Edital, comunica a todas as empresas que possuam farmacêuticos como trabalhadores, que a contribuição relativa a seus empregados farmacêuticos deverá ser descontada na folha de pagamento do mês de março e recolhida à Caixa Econômica Federal – código sindical 000.012.183.86270-1, até o fim do mês de abril, na conformidade das disposições legais supra e artigo 582 da mesma Consolidação. Essa contribuição corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário/vencimento (entendendo-se este como o salário propriamente dito e as demais parcelas componentes) percebido no mês de março de 2018. Os farmacêuticos autônomos devem recolher o imposto diretamente na Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 229,00 (duzentos e vinte e nove reais), conforme estabelece o artigo 579 da CLT. Todos os empregados farmacêuticos em atividade - de setor público e privado - estão sujeitos ao desconto da contribuição sindical. Quanto ao recolhimento da contribuição, as guias deverão ser acompanhadas da relação nominal dos contribuintes ou cópias das folhas de pagamento, com o valor da remuneração do mês de recolhimento, o desconto e a função de cada empregado, e remetidas a esta entidade dentro de 15 (quinze) dias, contados da data do recolhimento da referida contribuição sindical, conforme exigência contida em Portaria Ministerial nº 3.570, de 04 de outubro de 1977. O não cumprimento das disposições contidas no presente Edital sujeitará o empregador às penalidades e impedimentos e cobrança executiva judicial prevista nos artigos 606 e seguintes da CLT. Por força legal, a categoria dos farmacêuticos é diferenciada, significando que em qualquer empresa - mesmo não do setor - o farmacêutico integra a categoria, devendo ser efetivado o desconto e recolhimento da contribuição sindical para o Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo. São Paulo, 08 de janeiro de 2018. Glicério Diniz Maia - Presidente.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS SÃO PAULO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º352/2017

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico nº 352/2017 para Registro de Preços para eventual aquisição de material médico - Campus São Paulo - UNIFESP. Abertura: 30/01/2018 às 9:00 horas. Os interessados poderão examinar o edital e seus anexos no site www.comprasnet.gov.br.

Aline Christian Andrade
Pregoeira

Acervo Folha.
Os últimos 95 anos, exatamente como foram impressos, agora na tela do seu computador.
www.folha.com.br/acervo
Desenvolvimento: Digital Pages
FOLHA NÃO DÁ PRA NÃO LER

Rafael Leopoldi/Tribuna de Amparo

Carros apreendidos em Amparo (SP)

Alta do gás faz crescer a revenda clandestina em SP, diz sindicato

Sem depósito, ilegais usam veículos para driblar a fiscalização e distribuir botijões

GEORGE ARAVANIS
COLABORAÇÃO PARA A **FOLHA**, EM AMERICANA (SP)

A alta de preços do botijão de gás provocou uma disparada no número de revendas clandestinas sem ponto fixo, comercializando o produto em carros e motos por preço menor que o cobrado em estabelecimentos regulares.

A afirmação é do presidente do Sergás (sindicato dos revendedores de SP), Robson Carneiro dos Santos.

Em dezembro, sete pessoas foram presas em flagrante em Amparo (133 km de SP) pela prática. Foram apreendidos 600 botijões. Os revendedores não tinham autorização da ANP (Agência Nacional do Petróleo) e usavam veículos para o negócio.

Descontando a inflação,o preço médio do botijão de gás ao consumidor subiu 16,39% em2017, para R$ 66,53,segundo a ANP. Para as refinarias,o aumento foi de 67,8%, após mudanças nas regras da Petrobras, que passou a considerar cotações internacionais para definir o valor do produto. A estatal está revendo essa política.

Segundo Santos, a revenda móvel clandestina cresceu cerca de 30% desde a disparada dos preços. Ele afirma ser difícil fiscalizar a prática.

Muitas vezes, diz, o consumidor não sabe que está comprando um produto clandestino, que potencializa as possibilidades de um acidente –o comércio legalizado precisa seguir uma série de normas que os clandestinos podem simplesmente ignorar.

No Nordeste,por exemplo, tem crescido o número de acidentes com queimaduras por uso de botijões clandestinos envazados sem segurança ou etanol no lugar do gás.

"O cara [clandestino] põe na caixa de correio o panfletinho, a dona de casa vê pede o mais barato", diz Santos.

Muitos dos clandestinos compram de revendedoras o produto às dezenas, com desconto, e os revendem por valor menor que o praticado pelo comércio legal.

No caso de Amparo, segundo o investigador-chefe do SIG (Setor de Investigações Gerais de Amparo), Waldemar Turola Alves Cardoso, os suspeitos compravam um botijão na distribuidora por R$ 50 e revendiam entre R$ 68 e R$ 70, cerca de R$ 5 abaixo do preço médio da cidade.

A ANP recebeu 580 denúncias sobre revendas clandestinas de julho a novembro de 2017, após a nova política de preços da Petrobras.